



CADERNOS INTERATIVOS - ELEMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS,  
PROGRAMAS E PROJETOS INTERSETORIAIS, ENFATIZANDO A RELAÇÃO LAZER,  
ESCOLA E PROCESSO EDUCATIVO.

# GESTÃO DA POLÍTICA INTERSETORIAL: CONTRIBUIÇÕES DO PELC

1

VENDA PROIBIDA



CADERNOS INTERATIVOS - ELEMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS INTERSETORIAIS, ENFATIZANDO A RELAÇÃO LAZER, ESCOLA E PROCESSO EDUCATIVO.

# GESTÃO DA POLÍTICA INTERSETORIAL: CONTRIBUIÇÕES DO PELC

Autores:

Rejane Penna Rodrigues

Cláudia Regina Bonalume

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Maria Leonor Brenner Ceia Ramos

1

**Presidente da República**

Dilma Rousseff

**Ministro do Esporte**

Orlando Silva de Jesus Júnior

**Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer**

Rejane Penna Rodrigues

**Chefe de Gabinete**

Maria Leonor Brenner Ceia Ramos

**Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte**

Cláudia Regina Bonalume

**Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte**

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

**Organização**

Rejane Penna Rodrigues

Cláudia Regina Bonalume

**Projeto Gráfico, diagramação e capa**

Gráfica e Editora Ideal - Yanderson Rodrigues

**Revisão:** Ricardo Magalhães Boucault

**Impressão:** Gráfica e Editora Ideal

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

G393      Gestão da política intersetorial : contribuições do PELC / Rejane Penna Rodrigues ... [et al.]. – Brasília : Gráfica e Editora Ideal, 2011.

24 p. ; 25 cm. – (Cadernos interativos – elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo ; 1)

ISBN: 978-85-89196-33-8

1. Esporte recreativo. 2. Lazer. 3. Políticas públicas. 4. Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). I. Rodrigues, Rejane Penna.

CDU 796

Distribuição Gratuita

1ª Edição

Tiragem: 1000 exemplares

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam.

## PREFÁCIO

---

Essa coleção foi elaborada numa perspectiva de ampliar a discussão do lazer, principalmente sob o olhar das possibilidades educacionais. A ideia é oferecer a estudantes, professores, pesquisadores, gestores e a todos os interessados nas políticas de lazer subsídios que podem ajudar em uma melhor apropriação dos conteúdos desta área, que atua de forma transversal em sua relação com outras áreas das políticas sociais.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), implantado em 2003 pelo Ministério do Esporte, tem como principal objetivo suprir a carência de políticas públicas e sociais, atendendo ao aumento significativo de demandas da população no que se refere ao esporte recreativo e de lazer, principalmente nas regiões de maior vulnerabilidade social e econômica. Para atender este objetivo central, o PELC constrói, junto à população beneficiada, uma relação diferenciada, que respeita a realidade local e busca parcerias qualificadas com órgãos e instituições que fazem parte do contexto onde atua. A escola é um desses espaços fundamentais.

A Coleção “Cadernos Interativos – elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos interseoriais: enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo” reúne vários cadernos. O “Caderno Interativo 1” apresenta institucionalmente o PELC, por meio de textos elaborados por representantes do Ministério do Esporte. Os demais cadernos foram escritos por um coletivo de autores, especialistas no tema do lazer.

Ao difundir essa coleção, o Ministério do Esporte pretende, especialmente, contribuir com as políticas interseoriais, na perspectiva de integrar cada vez mais as ações sociais e de discutir elementos que possam orientar reflexões de aprofundamento sobre o tema do lazer como uma política importante para a qualidade de vida dos cidadãos, como prevê a Constituição Federal de 1988.

Uma boa leitura a todos!

*Rejane Penna Rodrigues*  
Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer  
Ministério do Esporte  
Janeiro de 2011



## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE .....</b>	<b>10</b>
<b>PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS .....</b>	<b>12</b>
ESTRATÉGIA 1 - FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER.....	12
ESTRATÉGIA 2 – FOMENTO DE PESQUISAS.....	13
ESTRATÉGIA 3 - GESTÃO COMPARTILHADA.....	15
ESTRATÉGIA 4 – INFORMAÇÃO E DIFUSÃO .....	17
<b>CONCEITOS ESTRUTURANTES DO PELC .....</b>	<b>19</b>
<b>UMA PROPOSTA DE INTERSETORIALIDADE ENTRE OS PROGRAMAS ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC) E ESCOLA ABERTA .....</b>	<b>21</b>





## INTRODUÇÃO

---

Apesar de suas experiências recentes na realidade brasileira, a gestão de uma política intersetorial não apenas é um desafio para o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), como também se constitui em princípio norteador e articulador de suas ações, com fins à sua qualificação e sustentabilidade.

Este é um dos ideais das políticas brasileiras de Esporte e de Educação que mobiliza ações diversificadas, ricas e, ao mesmo tempo, complexas, exigindo clareza e articulação de conceitos, princípios, objetivos e metas dos parceiros implicados.

Por esses motivos, o presente caderno se propõe a apresentar os conceitos e eixos estruturantes do programa em pauta, seus modos operantes e formas de participação e implementação, reunindo dados fundamentais para o diálogo e a elaboração/execução/avaliação da gestão intersetorial de suas ações.

A proposta de intersetorialidade sugerida sinaliza para caminhos, saberes e alternativas que podem contribuir para superar dificuldades e otimizar possibilidades neste tipo de gestão. E nos alerta para a necessidade da permanente ação-reflexão-ação nesta experiência, fundamentando a formação continuada dos atores sociais envolvidos.

Assim, este caderno se constitui em um guia para gestores, educadores e agentes sociais concretizarem suas intenções, com potencial para contribuir com tomadas de decisões necessárias à gestão intersetorial de seus programas e práticas educativas que implicam nisso.

Trata-se, pois, de um material de valor e utilidade político-pedagógica que nos orienta e encoraja ao debate de ideias, ações e conquistas intersetoriais.

## PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

---

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) é executado pela União, sob a responsabilidade do Ministério do Esporte em articulação com os órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios, Instituições de Ensino Superior e entidades privadas sem fins lucrativos, cuja natureza seja vinculada à garantia de acesso à prática, ao conhecimento ou à formação nos campos do esporte recreativo e do lazer de cunho social.

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) é responsável pelo PELC, que é um programa do tipo finalístico criado em 2003, cujo problema gerador, que justifica a sua existência, é a desigualdade de acesso ao esporte e ao lazer por parcela significativa da população brasileira.

### OBJETIVOS DO PELC

Seu objetivo central é ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.

### PÚBLICOS BENEFICIADOS

- I. Pessoas de todas as idades, gêneros, etnias, habilidades e potenciais corporais, especialmente pertencentes aos segmentos sociais e às comunidades que vivem em circunstâncias de desvantagens educativa e econômica.
- II. Gestores, agentes sociais, formadores e pesquisadores de políticas públicas de esporte e lazer.

### DIRETRIZES DO PELC

- I. **Garantir o acesso** às práticas e aos conhecimentos sobre esporte e lazer a todos os cidadãos brasileiros;
- II. **Desenvolver ações educativas** na perspectiva da emancipação humana, do desenvolvimento comunitário e da transformação de políticas de governo em políticas de Estado com vistas à garantia de direitos;
- III. **Valorizar a diversidade cultural** das práticas esportivas e de lazer, em especial as de criação nacional;

- IV. Desenvolver ações estratégicas** que articulem pesquisas com ações educativas, informação e práticas de gestão de políticas públicas;
- V. Implementar ações intersetoriais**, ampliando abrangência de atuação sobre os dilemas e oportunidades tratados;
- VI. Articular redes de cooperação nacional** entre universidades, Estados, municípios e outros ministérios, tendo em vista o trato das demandas sociais sob sua responsabilidade;
- VII. Articular redes de cooperação internacional**, direcionadas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia social em esporte e lazer, pautando-se pelo respeito à autonomia e à soberania cultural dos povos, assim como o espírito de colaboração solidária.

## EIXOS CENTRAIS DO PELC

- 1. Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer** - nas diversas regiões do Brasil, com o objetivo de garantir o direito ao acesso com qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência.
- 2. Rede CEDES** - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer junto às Instituições de Ensino Superior – por meio do estímulo e do fomento à produção e à difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados à qualificação da política pública de esporte recreativo e de lazer.
- 3. Formação continuada** - formação continuada de gestores, agentes sociais, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e outros parceiros atuantes nas esferas públicas federal, estadual e municipal, com vistas à formulação, à implementação e à avaliação de políticas públicas educativas de esporte e lazer de inclusão social e cultural com autonomia dos sujeitos e protagonismo dos Estados e municípios nessas ações.

## PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

---

### ESTRATÉGIA 1 - FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER

#### PRINCIPAIS AÇÕES:

**Implementar o funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer**, garantindo o acesso a políticas públicas educativas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, ministradas por profissionais das áreas correlatas ao esporte e ao lazer e por agentes sociais capacitados. As atividades contemplam as especificidades das diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência. São incluídas atividades de criação nacional e de identidade cultural, em núcleos com atividades sistemáticas, como oficinas de esporte recreativo, jogos, danças, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular, na realização de macros eventos de lazer. Os núcleos serão geridos pelas entidades conveniadas, com um conselho gestor e uma entidade de controle social que deverão primar pela participação da comunidade envolvida. Os núcleos serão, prioritariamente, para todas as idades, sendo permitido o desenvolvimento de ações que visem atender a demandas específicas como as de idosos e jovens, desde que com foco na sociedade como um todo.

**Funcionamento de Núcleos do PELC Vida Saudável:** Promove o desenvolvimento de atividades educativas de esporte recreativo, de lazer e físicas, para pessoas com idade acima de 45 anos, atendendo pessoas com deficiências, em núcleos com atividades sistemáticas como oficinas de esporte, dança, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular, na realização de macros eventos de lazer.

**Funcionamento de Núcleos do PRONASCI/PELC:** Em parceria com o Ministério da Justiça, integrando o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), de enfrentamento à violência e voltado para jovens de 15 a 24 anos, fomenta o desenvolvimento de atividades físicas, jogos, oficinas artísticas e culturais, skate, salas de leitura e de discussão de filmes, artes marciais, capoeira, ginástica e outras, específicas da cultura juvenil local, seguindo as diretrizes do Programa, atentando para as necessidades e os interesses da juventude.

**Implantação e modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e de Lazer**, garantindo a vinculação entre construção, manutenção e animação dos espaços e equipamentos, com envolvimento direto da comuni-

dade beneficiada no planejamento, na execução e na avaliação de cada uma das etapas. O Ministério do Esporte desenvolverá regulamentação específica que defina responsabilidades, para garantir que os espaços e equipamentos construídos com recursos do Governo Federal contemplem estes aspectos.

### FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

O Funcionamento de Núcleos do PELC é desenvolvido por órgãos públicos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais. Os projetos a serem apoiados (financeira e pedagogicamente) são selecionados por meio de Chamadas Públicas, divulgadas pelo site do Ministério do Esporte: [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br), ou definidos por Emendas Parlamentares (apoio financeiro) e orientados pela SNDEL do Ministério do Esporte.

O Funcionamento do Núcleo do PRONASCI/PELC acontece nas comunidades mais expostas à violência segundo estatísticas nacionais, indicadas pelo Ministério da Justiça.

## ESTRATÉGIA 2 – FOMENTO DE PESQUISAS

### PRINCIPAIS AÇÕES:

#### REDE CEDES – CENTROS DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E LAZER

**Fomentar pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer – Rede CEDES –**, junto às IES, garantindo o estímulo, a produção e a difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados à qualificação da política pública de esporte recreativo e de lazer;

### FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

São apoiadas pesquisas induzidas (priorizadas pela SNDEL) ou semi-induzidas (selecionadas via Chamada Pública divulgada pelo site do Ministério do Esporte: [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)), considerando nove linhas temáticas prioritárias para a Política Nacional do Esporte desenvolvida pela SNDEL:

1. **Memória** da educação física, do esporte e do lazer no Brasil.
2. **Perfil do esporte e do lazer** dos Estados e municípios brasileiros.
3. **Avaliação de políticas públicas e programas** de esporte e lazer desenvolvidos pelo governo federal, em particular os Programas do Ministério do Esporte: Esporte e Lazer da Cidade, Segundo Tempo, Pintando a Liberdade, Bolsa Atleta.
4. **Fundamentos para novos programas sociais** de esporte e lazer de alcance nacional, que têm em vista o atendimento de demandas específicas como: fases da vida, gêneros, etnias/raças, deficientes, famílias, populações rurais, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, manifestações de identidade nacional, etc.
5. **Observatório do esporte**, desenvolvendo estudos sobre torcidas organizadas, violência no esporte, mídia esportiva, políticas públicas de esporte, legislação esportiva, educação olímpica, esporte escolar e universitário, megaeventos esportivos, futebol, dentre outros temas importantes para a Política Nacional de Esporte.
6. **Fundamentos para programas intersetoriais**, tendo em vista subsidiar ações integradas de esporte e lazer com outras áreas da política pública brasileira: educação, saúde, justiça, trabalho, juventude, idosos, cultura, desenvolvimento social, meio ambiente, turismo, direitos humanos, dentre outras.
7. **Gestão do esporte e do lazer**, desenvolvendo estudos sobre planejamento, gestão de pessoas, atividades, ação comunitária, animação sociocultural, metodologias, controle social e outros temas que qualifiquem a gestão de políticas públicas de esporte e lazer.
8. **Infraestrutura** de esporte e lazer, desenvolvendo estudos sobre implantação, manutenção, uso, acessibilidade e novas tecnologias de infraestruturas, prioritariamente públicas.
9. **Sistema Nacional de Esporte e Lazer**, desenvolvendo estudos sobre fundamentos e referências, eixos e marcos legais, redes de interações, dentre outros aspectos fundamentais para a criação e implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

## PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL

Tem como objetivos incentivar, apoiar e valorizar produções científicas, tecnológicas, jornalísticas e pedagógicas, que contribuam para a qualificação e a inovação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. Concurso realizado bianualmente com consequente premiação e difusão dos três primeiros trabalhos classificados, por mérito, em cada uma das seguintes categorias:

## CATEGORIAS COM PREMIAÇÃO REGIONAL:

**Categoria 1:** Dissertação de Mestrado, Tese de Doutorado e Pesquisa Independente

**Categoria 2:** Monografias de Graduação e Especialização Lato Sensu

**Categoria 3:** Relato de Experiência

## CATEGORIAS COM PREMIAÇÃO NACIONAL

**Categoria 4:** Ensaios

**Categoria 5:** Mídias: (1) Jornalismo impresso; (2) Telejornalismo; (3) Fotojornalismo; (4) Webjornalismo; (5) Áudio visual educativo

## FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

O Regulamento do Prêmio é divulgado via Edital pelo site do Ministério do Esporte: [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br), sendo as obras premiadas socializadas por meio de livros, vídeos, catálogos e palestras.

## ESTRATÉGIA 3 - GESTÃO COMPARTILHADA

Desenvolvimento de política compartilhada de programas e projetos de esporte e lazer com foco na formação continuada de pesquisadores, gestores, legisladores, agentes comunitários e outros parceiros do PELC, para trocas de experiências, organização de diretrizes e qualificação de práticas de gestão, contribuindo com a qualificação da Política Nacional do Esporte, a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, de mecanismos e indicadores de controle e participação social.

**Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e Lazer**, garantindo formação continuada de pesquisadores, gestores e agentes sociais, com foco na qualificação da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer.

## AÇÕES E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

**Eventos científicos e tecnológicos de esporte e lazer:** apoio e/ou realização de conferências, congressos, seminários, palestras, reuniões técnicas, entre outros eventos de abrangência nacional e/ou internacional, promovendo intercâmbios científicos e tecnológicos, assim como a divulgação, transmissão e disponibilização, em meios eletrônicos e impressos, dos registros relativos aos conteúdos desenvolvidos. São apoiados projetos de educação física, esporte e lazer, de abrangência nacional e/ou internacional, desenvolvidos em continuidade, selecionados pela SNDEL, dentre os inscritos na secretaria.

**Eventos interdisciplinares de esporte e lazer:** apoio a projetos de eventos de natureza interdisciplinar, de abrangência nacional, selecionados pela SNDEL dentre os inscritos nesta secretaria, articulando a discussão sobre esporte recreativo e lazer, inclusive de criação nacional e identidade cultural, com temas afetos ao meio ambiente, à educação, à cultura e à saúde, dentre outras ações transversais.

**Formação de gestores, agentes comunitários e formadores:** em parceria com universidades, ministérios e outros órgãos públicos, negociada com a SNDEL, com vistas à realização de cursos, palestras e seminários presenciais e à distância sobre políticas públicas de esporte e lazer.

**Cooperação e intercâmbio técnico-científico:** promoção de ações de cooperação e intercâmbio institucional, em âmbito nacional e internacional, negociadas com a SNDEL, com vistas ao fomento do desenvolvimento do esporte e do lazer a partir da troca de conhecimentos e experiências, estudos e pesquisas.

## AÇÕES INTERSETORIAIS:

**“Jogos dos Povos Indígenas”:** integra os Ministérios do Esporte, Justiça, Educação, Cultura, Saúde, a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, governos municipais e estaduais, com o Comitê Intertribal e outros parceiros.

**“Esporte, Lazer e Educação Integral”:** ação integrada do Ministério do Esporte/Programa Esporte e Lazer da Cidade e Ministério da Educação/Programas Mais Educação e Escola Aberta com desenvolvimento de atividades de abrangência nacional e internacional.



## ESTRATÉGIA 4 – INFORMAÇÃO E DIFUSÃO

Desenvolvimento de política de documentação, informação e difusão, articulada à “gestão do conhecimento e da informação” para subsidiar, avaliar e qualificar políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural, sistematizando e difundindo conhecimentos, dando suporte a intercâmbios nacionais e internacionais e à construção de relações estreitas entre esporte educacional, de rendimento e de lazer. As ações desenvolvidas integram as atividades do CEDIME – Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte -, sob a responsabilidade da SNDEL.

**Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte – CEDIME:** Objetiva documentar, preservar e difundir conhecimentos e informações científicas, tecnológicas de esporte e lazer, sendo um dos instrumentos básicos para a implementação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer. Utiliza-se de meios eletrônicos (digitalização, armazenamento e disponibilização de documentos, imagens e informações) e físicos (edição e distribuição de catálogos, livros, periódicos científicos, entre outros). Suas ações associam a recuperação e manutenção de acervos documental, museológico e bibliográfico com possibilidade de acesso aberto a diferentes públicos interessados em esporte e lazer, como pesquisadores, gestores, estudantes, comunidades, dentre outros.

### PRINCIPAIS ATIVIDADES:

**Periódicos:** apoio a periódicos brasileiros que registram, difundem e compartilham publicamente (por meio impresso e digital) o conhecimento construído nas áreas da Educação Física, do Esporte e do Lazer, contribuindo com o avanço qualitativo dos estudos e experiências desenvolvidas nestas áreas.

**Publicações:** produção e difusão de publicações impressas e digitais de esporte e lazer, que possam contribuir com o desenvolvimento científico, tecnológico e pedagógico das políticas públicas nestes campos.

**Repositório da Rede CEDES:** espaço para preservação da produção da Rede CEDES através do arquivamento, discussão, acesso, democratização e publicização das pesquisas e publicações dos seus pesquisadores. O repositório permite o gerenciamento da produção científica na forma digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo.

**Eventos Científicos, Tecnológicos e Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer,** de abrangência nacional e internacional, garantindo a natureza específica de cada um e o fomento de ações que envolvam temas afetos à Política Nacional e Esporte, destacando-se o esporte recreativo e de lazer.

## FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Análise e seleção individual de pleitos, para apoio técnico e apoio financeiro dentro do limite orçamentário da SNDEL, considerando os critérios pré-estabelecidos nas diretrizes e estratégias de cada ação, os princípios da democratização e da priorização social e o equilíbrio regional.

## CONCEITOS ESTRUTURANTES DO PELC

---

- I. ESPORTE RECREATIVO:** dimensão social do esporte, na qual a prática se dá de maneira redimensionada, recriada e reinventada, não restrita às delimitações das regras oficiais, o que permite aos participantes usufruírem de atividades lúdicas, prazerosas, solidárias e de enriquecimento cultural, favorecendo o desenvolvimento do senso crítico, da autonomia e da sensibilidade frente às questões sociais. Não tem caráter competitivo nem seletivo.
- II. LAZER:** cultura vivida com alegria e liberdade, no tempo disponível, fora das obrigações sociais. Tempo, espaço e oportunidade privilegiados para vivências lúdicas, para divertir-se de diferentes modos, participar de diferentes formas (assistindo, praticando, conhecendo) em diferentes momentos e espaços. Como fator de qualidade de vida, o lazer é compreendido como meio e fim educativos para a formação de valores voltados à humanização das relações, podendo contribuir para o desenvolvimento social, cultural e humano.
- III. EVENTOS:** atividades recreativas e de lazer que acontecem, esporadicamente, visando à integração da comunidade. Têm caráter interdisciplinar e contemplam ações desenvolvidas, participativamente, no tempo e espaço de lazer, a partir de atividades transversais que envolvem temas afetos à área como: meio ambiente, educação, saúde, cultura, segurança, direitos humanos, dentre outros.
- IV. INCLUSÃO SOCIAL:** conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos direitos sociais, provocada pela diferença de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos. Garantia a todos de oportunidades de acesso aos diversos bens e serviços disponíveis na sociedade com vistas à melhoria da qualidade de vida.
- V. FORMAÇÃO:** ação educativa continuada de gestores, agentes, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e outros parceiros atuantes nas esferas públicas federal, estadual e municipal, com vistas à formulação e à implementação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural.
- VI. FORMADOR:** profissional com experiência e na área de políticas públicas de esporte e lazer e, mais especificamente, a respeito do Programa Esporte e Lazer da Cidade, que atua junto aos parceiros, desenvolvendo ações de formação de agentes sociais e gestores.
- VII. AGENTE SOCIAL:** pessoa que atua no desenvolvimento de ações relacionadas ao Programa, como mobilizador, aglutinador, organizador, animador, mediador e das atividades de lazer junto às comunidades, devendo estar qualificado para interagir com as demais áreas sociais e profissionais e com a cultura local.

- VIII. PESQUISA:** fomento de estudos, fundamentados na pesquisa social, sobre temas prioritários para a qualificação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural, desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior de todas as regiões brasileiras, expandindo e modernizando a base científico-tecnológica que vem sendo construída sobre esporte e lazer pela pesquisa social no Brasil.
- IX. PESQUISADOR:** estudioso vinculado à Instituição de Ensino Superior (IES) pública e privada sem fins lucrativos, que atua na investigação, produção e disseminação do conhecimento produzido com base na pesquisa social de esporte e lazer, na perspectiva de cooperar com a qualificação das políticas públicas da área.
- X. GESTÃO COMPARTILHADA:** política compartilhada de programas, projetos e atividades de esporte e de lazer, articulando redes de gestores, legisladores, agentes comunitários, pesquisadores e outros parceiros do PELC, estabelecendo trocas de experiências, organizando diretrizes e qualificando práticas de gestão, contribuindo com a qualificação da Política Nacional do Esporte, a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, de mecanismos e de indicadores de controle e participação social.
- XI. INFORMAÇÃO:** política de documentação, informação e difusão, articulada à “gestão do conhecimento e da informação” para subsidiar, avaliar e qualificar políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural, sistematizando e difundindo conhecimentos, dando suporte a intercâmbios nacionais e internacionais e à construção de relações estreitas entre esporte educacional, de rendimento e de lazer.

## UMA PROPOSTA DE INTERSETORIALIDADE ENTRE OS PROGRAMAS ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC) E ESCOLA ABERTA

---

O Programa Escola Aberta foi criado pela Unesco, usando a estratégia da inclusão social e visando a diminuição da violência na juventude. O foco do programa é o atendimento aos jovens em situação de vulnerabilidade social, mas não só, o espaço utilizado é a escola por ser atrativa e atraente, e o programa busca a participação ativa da comunidade.

O objetivo geral do Programa é contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz mediante a ampliação de atividades oferecidas aos alunos e à comunidade, aos finais de semana.

O Programa Escola Aberta foi incorporado pelo MEC como uma ação que tem como proposta abrir, aos finais de semana, escolas situadas em comunidades urbanas em situação de risco e vulnerabilidade social, oferecendo oficinas de educação, esporte, lazer, cultura e formação inicial para a comunidade em geral e particularmente para jovens. Estas oficinas são organizadas a partir de demandas da comunidade, fruto de levantamento de interesses e possibilidades de atendimento a estes interesses, e conduzidas por talentos locais.

Cada unidade escolar conta com uma equipe local, composta por um coordenador escolar, professor comunitário e oficineiros. Além da equipe local, a estrutura gerencial é composta por supervisores locais para cada cinco escolas, um coordenador geral e três coordenadores temáticos de cada Secretaria parceira, uma Unidade Gestora nos Estados, composta por três integrantes e a Equipe Gestora no MEC, integrada pela SEB, SECAD e FNDE, além de parceiros governamentais.

Os objetivos específicos visam promover e ampliar a integração entre escola e comunidade, ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania e contribuir para a redução das violências na comunidade escolar.

Neste sentido, os encontros de formação de esporte e lazer socializam conceitos e práticas importantes para esta reflexão e transformação, reconhecendo o valor das trocas sociais para a construção do conhecimento que extrapola as paredes escolares.

Falar da relação intersetorial entre programas implica, em primeiro lugar, explicitar nosso conceito de intersectorialidade, uma vez que há uma grande complexidade presente na sua definição e na operacionalização. A implementação de políticas com este caráter requer a superação de um modelo há muito hegemônico, no qual cada setor operacionaliza suas políticas em si e para si, tornando-se o próprio objeto de sua existência. Cada um se desenvolve em razão de suas

demandas e de suas próprias soluções, operando a reafirmação do setor (ANDRADE, 2006:171<sup>1</sup>). Práticas e saberes inter-setoriais precisam se construir como um novo espaço, com base nas questões concretas e complexas que a realidade apresenta, contando com a contribuição das diversas áreas, que trazem à tona seus acúmulos de história e conhecimento, para contribuir com o enfrentamento da questão, em sua totalidade.

Encontramos em Moesch (2008<sup>2</sup>) uma caracterização sintética da intersectorialidade como articulação entre sujeitos de setores sociais diversos e detentores de saberes, poderes e vontades diferenciados, para enfrentar questões complexas. Ela objetiva superar a fragmentação dos conhecimentos e estruturas sociais e, com isso, produzir efeitos mais significativos nas políticas sociais. Complementamos com Serrat (2007:02<sup>3</sup>), quando este afirma que a intersectorialidade é uma intervenção coordenada de instituições representativas, de mais de um setor social, em ações destinadas, total ou parcialmente, a tratar de problemas vinculados à determinada área (no caso do autor, a saúde) como parte importante de uma resposta social organizada. Isso consiste, fundamentalmente, em converter a cooperação fortuita ou casual em ações que se orientem estrategicamente para os problemas identificados e priorizados, lideradas por um setor central e apoiadas por políticas nacionais e locais, devidamente organizadas.

Lázaro (2008<sup>4</sup>) destaca três dimensões fundamentais para a intersectorialidade, que consideramos importante:

- a) a primeira, a dimensão dos princípios: é preciso que se tenha princípios claros e comuns;
- b) a segunda diz respeito à necessidade de instrumentos específicos – programas, diretrizes, etc., que decorrem dos princípios;
- c) a terceira, uma compreensão de território. A intersectorialidade não se faz fora do território concreto, com sujeitos concretos, a partir de instrumentos acordados e princípios comuns.

Abreu (2009:79<sup>5</sup>) amplia a reflexão lembrando que falar em se transformar estruturas significa ter presente a necessidade de se considerar as diversas dimensões que compõem a intersectorialidade e as próprias estruturas. Exemplifica referindo-se a três delas que são centrais: a política que trata da necessidade de atuar sobre as relações sociais objetivando transformá-las; a teórica, que necessita da construção de saberes e conhecimentos que venham a embasar a ação; e

---

1 ANDRADE, Luiz O. M. **A saúde e o dilema da intersectorialidade**. São Paulo: Hucitec, 2006.

2 MOESCH, Marutschka M. Lazer na intersectorialidade das políticas públicas: novos olhares. In: PINTO, *et al.* (Org.) **Brincar, jogar, viver: lazer e intersectorialidade com o PELC**. Brasília: Gráfica e Editora América LTDA, 2008

3 SERRATE, P. C. Comprensión conceptual y factores que intervienen em el desarrollo de la intersectorialidad. **Revista Cubana de Salud Pública**, La Havana, v. 33, n. 2, 2007.

4 LÁZARO, André L. F. Lazer e intersectorialidade, *in* PINTO, *et. al.* (Org.) **Brincar, jogar, viver: lazer e intersectorialidade com o PELC**. Brasília: Gráfica e Editora América LTDA, 2008.

5 ABREU, Cassiane C. **A intersectorialidade no processo de construção da política de saúde brasileira**. 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. 2009.

a ideológica, entendida como a transformação dos sujeitos sociais envolvidos, na direção da construção de uma nova consciência a respeito dos direitos sociais.

Segundo Bonalume (2010<sup>6</sup>), a temática da intersetorialidade passou a integrar a pauta de discussões e decisões políticas no País, como, por exemplo, as I e II Conferências Nacionais de Esporte (2005 e 2007<sup>7</sup>), que se revelaram como momentos privilegiados de avaliação da política e construção de agenda participativa, contribuindo para a definição das diretrizes e princípios, em forma de resoluções a serem implementadas pelo poder executivo e pela sociedade civil.

O documento final da Primeira Conferência Nacional do Esporte (2004) indicou os princípios, as diretrizes e os objetivos do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, entre os quais encontramos, no objetivo 5º, a indicação da necessidade do desenvolvimento de ações integradas com “outros segmentos”, sem especificar o significado dessa expressão: “Fomentar a prática do esporte educacional e de participação, para toda a população, e o fortalecimento da identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos” (p.20).

No preâmbulo do texto da Política Nacional do Esporte<sup>8</sup>, criada a partir da I Conferência, encontramos a afirmação de que o papel articulador do Ministério materializa-se, entre outras formas, nas ações desenvolvidas com outros Ministérios e cita o da Educação, do Desenvolvimento Social, da Justiça, da Saúde, do Trabalho, das Cidades e da Defesa, além de empresas estatais, entidades esportivas e instituições de ensino superior.

Ao tratar das manifestações esportivas previstas na Lei 9.615/98 (Lei Pelé): “Desporto Educacional, Desporto de Participação e Desporto de Rendimento”, o texto faz referência a uma ação articulada com a Política Nacional de Educação, no caso do desporto educacional e à Política Nacional de Promoção da Saúde, no desporto de participação.

Entre as propostas aprovadas pela II Conferência Nacional do Esporte (2006:19) Eixo 3, “Gestão e controle social”, encontramos:

1 - O **Sistema Nacional de Esporte e Lazer** tem por princípio a gestão democrática da esfera pública, objetivando o exercício pleno da cidadania, por meio da participação e da inclusão social, valorizando:  
f) estabelecimento de parcerias técnicas e financeiras, convênios, consórcios e cooperações entre as três esferas governamentais, com a iniciativa privada e com o terceiro setor, a fim de viabilizar ações que estimulem e promovam o esporte e o lazer. Tais parcerias, convênios e cooperações **deverão apontar para políticas intersetoriais**, integrando o trabalho de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, com as

6 BONALUME, Claudia. **O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude**: a experiência do Pro-nasci. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade de Brasília, Brasília, DF.

7 **I e II Conferências Nacionais do Esporte**. Documento final. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br>>.

8 Ministério do Esporte. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br>>.

áreas da educação, saúde, cultura, turismo, meio ambiente, assistência social, entre outras [...]”

d) **garantir a interface setorial e transversal com outras áreas afins** (saúde, educação, meio ambiente, turismo, cultura, segurança, entre outras, grifo nosso).

Muito além das situações ora mencionadas, vincular o esporte e o lazer a áreas diversas tem estado muito em voga. Acreditamos ser essa uma boa possibilidade de afirmação do esporte e do lazer como políticas públicas que, ao dialogarem com as demais áreas, possam vir a contribuir significativamente com a construção de uma sociedade mais igualitária. Como ponto de partida, no intuito de se evitar julgamentos simplistas e ingênuos, precisamos considerar que o esporte e o lazer não são, em si, bons ou maus. Podemos exemplificar perguntando: que esporte estamos vinculando à educação? De que educação e de qual esporte estamos falando? Essa relação pode tanto priorizar o esporte como atividade de lazer e representar uma vivência lúdica, na qual todos têm o direito de participar e aprender, de acordo com seus limites e possibilidades – para a melhoria da autoestima, para a participação, o respeito, a superação, entre tantos outros aspectos –, como pode ser ferramenta de construção de uma sociedade individualista, egoísta, focada na competição predatória, na vitória a qualquer preço, na qual o adversário é tratado como inimigo, e na manipulação e internalização de valores e regras.

Esses apontamentos não objetivam, de maneira alguma, duvidar da necessidade da intersetorialidade das políticas públicas e o envolvimento do esporte e do lazer nessa relação. Muito pelo contrário, acreditamos na impossibilidade de uma real eficiência e efetividade dessas políticas, isoladamente.

Temos a convicção de que pensar em políticas públicas de esporte e de lazer, a partir da proposta do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) depende de uma relação estreita e planejada entre diversas áreas de atuação. Nossa questão é: qual a relação que pode contribuir com tal intuito e como construí-la?

Ações integradas certamente favorecem a compreensão do esporte e do lazer enquanto direitos sociais, como dimensões da cultura, com grande potencial de relação com diversas áreas de conhecimento e de ação, por estarem mais próximas do conceito de totalidade. Para a efetivação dessas políticas, é preciso considerar: o perfil multidisciplinar dos sujeitos envolvidos; a diversidade e pluralidade dos interesses culturais do lazer, entre eles o esporte; a crescente preocupação e valorização com a utilização do tempo livre, para além da simples ocupação; a capacidade de mobilização e organização das pessoas; o entendimento atual de que intersetorialidade deixa de ser uma proposta de gestão e passa a ser um requisito essencial na formulação de políticas públicas.

A proposta do PELC não é de colocar o esporte e o lazer como redentores ou como ações fragmentadas e sim tratá-los como direitos que dialogam com as outras necessidades humanas, além de uma preocupação em não tratar a escola de maneira isolada do restante da sociedade e sim como parte dela, que a constitui e influencia e é por ela influenciada.



Andrade (2006) – que analisou duas experiências de organização municipal que tiveram como meta a integração municipal das políticas sociais (Fortaleza via descentralização e intersetorialidade; e Curitiba via matricialidade) – identificou como principais dificuldades para a implantação da intersetorialidade, como operacionalizadora de políticas públicas, a natureza organizacional do Estado moderno, os jogos de poder envolvidos e a necessidade de mudança de valores culturais. Podemos dizer que os principais desafios que vêm sendo enfrentados pelo PELC, na construção da relação intersetorial, centralizam-se nestes mesmos eixos. Surge a necessidade de desenvolvimento de uma teia de relações que dê forma e viabilize estas novas práticas. As escolhas precisam penetrar na organização de maneira a ancorar o processo de mudança, caso contrário, tendem a existir bloqueios, que podem comprometer o cerne da ação.

Aproximando-nos mais da relação PELC com Escola Aberta, cumpre lembrar que o esporte e o lazer estão no processo educacional há muito tempo, sendo desenvolvidos e praticados dentro de várias concepções que são representativas de seu momento histórico.

Dentro da perspectiva histórica, temos a concepção de atividade preconizada pelo Decreto-Lei 69.450/71<sup>9</sup> que concebeu a ideia central de que a Educação Física e seus constituintes são elementos a parte do processo pedagógico e formativo da educação. Tal situação levou o esporte e o lazer a serem trabalhados como ações com fim em si mesmas, atividades que se prendiam a vivências momentâneas e sem vinculações com os preceitos pedagógicos maiores da educação, ou seja, um espaço de ação motora isolada e descontextualizada de uma formação ampliada. Essa atuação e perspectiva levaram diversas gerações formadas a terem em seu imaginário a ideia de que a Educação Física escolar e seus conteúdos são vazios e sem relações pedagógicas com o todo da escola.

Esta situação perdurou por muito tempo e comprometeu, de forma impactante, novos olhares e perspectivas. Com os avanços e estudos de profissionais da área, houve o repensar e o exercício de práticas diferenciadas para a área de forma geral, resultando em produções que mobilizaram novos conceitos e procedimentos para a Educação Física escolar e não escolar.

A partir da nova LDBEN 9.394/96<sup>10</sup>, a Educação Física passa a ser considerada um componente curricular, ou seja, reconhece-se o seu valor pedagógico e a mesma é colocada em igualdade com as demais áreas do conhecimento, devendo ser contemplada dentro das grades curriculares de toda Educação Básica. Este contexto desafia o esporte e o lazer na escola a serem articulados com o conjunto de atividades, tempos e espaços educativos das propostas educativas formais como das não formais, abrindo espaço para a formação ampliada.

O desafio posto para a relação Escola Aberta e PELC parte do reconhecimento de que, ao reaproximar as áreas

---

9 BRASIL. Decreto n.69.450 de 01 novembro de 1971. Diário Oficial da União., Brasília: 1971.

10 **BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.**

de esporte, lazer e educação, que nunca deveriam ter sido fragmentadas, as novas experiências de formação ampliada precisam se integrar ao projeto pedagógico da escola, bem como a dinâmica social da comunidade que a acolhe.

Deste modo, a proposta do PELC no “Escola Aberta” busca refletir um formato que avance da compreensão tradicional de escola como instância hermética<sup>11</sup> de educação em relação à comunidade, abrindo-se, portanto, para a construção de projeto pedagógico e ações dialogadas entre todos os atores sociais que compõe os cenários pedagógicos que o grupo propõe abarcar, pela negociação com vistas a gestão compartilhada. A ideia de escola participativa, defendida por Lück<sup>12</sup>, oferece-nos elementos que justificam o envolvimento de toda a comunidade nas posturas educacionais da escola.

Portanto, os fundamentos que constituem a proposição de intervenção pedagógica do Programa Escola Aberta focalizam-se na afirmação da cultura dos direitos humanos, no entrelaçamento entre os saberes comunitários e escolares e na experimentação e na consolidação de novos espaços educativos. Tais fundamentos regem a organização das diversas ações que o compõe e podem ser reconhecidas pelo entrelaçamento entre os saberes comunitários e escolares. A relação respeitosa entre estes saberes, equacionada mediante objetivos educativos de cada instituição, serve de base para a ampliação do tempo e do espaço de aprendizagem, a partir da seleção e inclusão de ações socioeducativas que o integram.<sup>13</sup>

O ensejo de articulação entre os saberes escolares e comunitários, bem como o envolvimento com a proposta pedagógica da escola, encontra-se com o merecido relevo na presente proposta<sup>14</sup>, buscando envolver diversos atores sociais com fins de avançar no aprofundamento da relação comunidade e escola. São convocados gestores, professores, lideranças comunitárias, crianças e jovens com seus familiares para juntos organizarem estratégias de aprofundamento desta relação.

Estes são os tópicos que gostaríamos de levantar, não no sentido de oferecer respostas, mas de provocar reflexões a respeito de como pode ser a relação esporte, lazer e educação, quando relacionada ao desafio de “repensar a instituição escolar como espaço alternativo para o desenvolvimento de atividades de formação, cultura, esporte e lazer, para os alunos da educação básica das escolas públicas e suas comunidades, nos finais de semana, com a intenção de estreitar as relações entre escola e comunidade e de contribuir com a consolidação de uma cultura de paz.”<sup>15</sup>

---

11 Referimo-nos aqui a um modelo de escola que não se abre para o diálogo com os saberes comunitários e que se limita a assumir o tradicional papel de transmissão de conteúdos curriculares sem preocupar-se como as significações que destes operam junto aos saberes comunitários.

12 LÜCK, Heloisa e colaboradores. **A escola participativa**; o trabalho de gestor escolar. Petrópolis: Vozes, 2005.

13 STIGGER, M. P. e LOVISOLO, H. (Orgs). **Esporte de rendimento e esporte na escola**. Campinas/SP: Autores Associados, 2009. (Coleção Educação Física e Esportes).

14 DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri A. B. de. Procedimentos metodológicos para o Programa Segundo Tempo. In: OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G. L. **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**; da reflexão à prática. Maringá, Eduem, 2009. p. 207-235.

15 Site do Ministério da Educação/Escola Aberta: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12367&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12367&Itemid=817)



ISBN: 978-85-89196-33-8



9 788589 196338



Ministério do  
**Esporte**

